SINDICATO DOS AUXILIARES DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR DO OESTE DE
SANTA CATARINA – SAAE / OESTE

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO

CAPÍTULO

DA DENOMINAÇÃO, INSTITUIÇÃO, SEDE, FORO, DURAÇÃO E FIM

Art. 01 – O Sindicato dos Auxiliares da Administração Escolar do Oeste de Santa Catarina, instituído em 12-05-1994, com sede na rua Nereu Ramos, 75D, sala 1202B 12º andar do Edifício Centro Profissional Chapecó, Centro, no município de Chapecó – SC e foro em Chapecó - SC, com registro no cartório Dias de Castro, sobre o nº 1.741, na data de 15 de julho de 1994, é uma sociedade civil sem fins lucrativos com personalidade jurídica de direito privado e duração ilimitada.

Parágrafo Único – O Sindicato dos Auxiliares da Administração Escolar do Oeste de Santa Catarina, tem por finalidade precípua de coordenação, proteção e orientação geral da categoria profissional dos Auxiliares da Administração Escolar, integrada por todos aqueles que, sob qualquer título ou denominação, exerçam atividades não docentes nos estabelecimentos particulares de ensino, bem como de integração com as demais associações de classe, objetivando a solidariedade social e sua participação nos interesses nacionais com base territorial nos seguintes municípios catarinenses: Chapecó, Dionísio Cerqueira, Palma Sola, Campo Erê, São Lourenço do Oeste, Galvão, São Domingos, Abelardo Luz, Guarujá do Sul, Novo Horizonte, Coronel Martins, Ipuaçu, Ouro Verde, Vargeão, Formosa do Sul, Itati, São José do Cedro, Anchieta, Guaraciaba, Paraíso, Romelândia, São Miguel da Boa Vista, Quilombo, Serra Alta, Sul Brasil, Marema, São Miguel do Oeste, Maravilha, Modelo, Pinhalzinho, União do Oeste, Lajeado Grande, Faxinal dos Guedes, Xanxerê, Xavantina, Concórdia, Seara, Itá, Arvoredo, Guatambú, Xaxim, Cordilheira Alta, Nova Itaberaba, Coronel Freitas, Águas de Chapecó, Nova Erechim, Saudades, Riqueza, São Carlos, Caibi, Palmitos Mondai, Tunápolis, Iporã do Oeste, Itapiranga,

Planalto Alegre, Águas Frias, Caxambu do Sul, Iraceminha, Descanso, Belmonte, Santa Helena e Jardinópolis.

SEÇÃO I

DAS PRERROGATIVAS DO SINDICATO DOS AUXILIARES EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR DO OESTE DE SC

Art. 02 – São Prerrogativas da entidade:

- a) representar, perante as autoridades administrativas, judiciárias e os poderes públicos em geral, de qualquer instância, os interesses individuais e gerais da categoria representada;
- b) coordenar as atividades da categoria;
- c) firmar convenções, acordos e contratos coletivos de trabalho, bem como instaurar dissídios coletivos de natureza econômica e social, para a categoria profissional representada;
- d) instaurar delegacias, bem como eleger, para as mesmas, os representantes da respectiva categoria profissional representada, com referendo da Assembléia Geral;
- e) colocar, como órgão técnico e consultivo, no estudo dos problemas que se relacionam com a categoria profissional representada;
- f) interceder, junto aos órgãos e autoridades competentes, no sentido de obtenção de rápido andamento e de pronta solução de tudo que diga respeito aos interesses gerais da categoria representada;
- g) arrecadar a contribuição prevista em lei, devida pelos integrantes da categoria profissional representada, sediados em sua base territorial;
- h) manifestar-se em processo de fundação e reconhecimento de novos sindicatos em sua base territorial, através de cessão aprovada pela Assembléia Geral;
- i) impor, mediante decisão da Assembléia Geral, Contribuições aos integrantes da categoria, sediado em sua base territorial, para desconto em folha, visando ao custeio da representação sindical;
- j) eleger ou designar representantes da categoria representada;
- k) filiar-se a entidade sindical de grau superior existente e as outras organizações sindicais, de âmbito nacional e

- internacional, de interesse da categoria profissional representada, mediante aprovação da Assembléia Geral;
- l) manter relação com as demais organizações sindicais para concretização da solidariedade social e defesa dos interesses nacionais, sob o ponto de vista da categoria profissional representada;
 - m) defender os direitos e interesses, individuais ou coletivos da categoria, inclusive como substituta processual em questões judiciais ou administrativas;
 - n) participar, obrigatoriamente, das negociações coletivas de trabalho.

SEÇÃO II

DOS DEVERES

Art. 03 - São deveres da entidade:

- a) manter serviços de assistência jurídica aos integrantes da categoria;
- b) promover a conciliação nas convenções, acordos ou contratos coletivos e nos dissídios coletivos;
- c) zelar pela fiel observância das leis sociais vigentes que digam respeito aos interesses da categoria profissional representada;
- d) defender os direitos da categoria profissional representada, nos planos individuais e coletivos inclusive em questões administrativas e judiciárias;
- e) ter iniciativa, perante os poderes competentes, de pleitear leis, decretos - leis, decretos e portarias de interesse da categoria profissional representada;
- f) emitir pareceres sobre projetos de leis, decretos – leis, decretos, portarias e medidas provisória de interesse da categoria profissional representada, recorrendo, a quem de direito, contra quaisquer medidas prejudiciais a categoria;
- g) lutar pela defesa das liberdades individuais e coletivas da categoria profissional representada e dos trabalhos em geral;
- h) patrocinar e organizar congressos, seminários, simpósios, dias de estudo, encontros e conferências para os integrantes da categoria profissional representada;
- i) manter um boletim informativo e/ou outros meios de divulgação.

SEÇÃO III

DAS CONDIÇÕES PARA FUNCIONAMENTO

Art. 04 - São condições para funcionamento da entidade:

- a) observância dos preceitos constitucionais e do princípio de moral;
- b) inexistência do exercício de cargo eleito cumulativamente com o emprego remunerado pela entidade ou pelos filiados;
- c) gratuidade do exercício dos cargos eletivos, ressalvada a hipótese do afastamento do trabalho para esse exercício, quando poderá ser-lhe arbitrada, uma gratificação numa excedente de importância de sua remuneração no emprego, durante o período de duração do afastamento para cumprimento do mandato sindical;
- d) não permitir a cessão gratuita ou remuneração da sede as atividades de cunho político – partidário;
- e) na sede da entidade encontrar-se-á um livro de registro de filiados, do qual deverão constar todos os dados necessários dos mesmos;
- f) exercício dos cargos eletivos por brasileiros.

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS

Art. 05 - A todos os integrantes da categoria profissional, que trabalhem na base territorial desta entidade e que satisfaça as exigências contidas neste Estatuto, assiste o direito de associar-se á mesma, o qual não responde subsidiariamente pelas obrigações contraídas, em nome do Sindicato, de acordo com o Estatuto, invertidos ou não em cargo diretivo do mesmo.

Parágrafo Único – Dividem-se os Associados, em:

- a) FUNDADORES – aqueles que participaram da Assembléia Geral da Fundação da Entidade, aos quais lhes é dado o direito de permanecerem com direito a voz e voto, a votar e ser votado, sendo Membros Natos do Conselho da Entidade, em dia com a Entidade.
- b) EFETIVOS – aqueles que apresentaram seu pedido de filiação instruído com a documentação exigida por este estatuto.
- c) REMPORÁRIOS – aqueles que estão, temporariamente exercendo função administrativa na área educacional, por cedência do seu empregador.

Art. 06 - Perderá os seus direitos o associado que, por qualquer motivo deixar o exercício da categoria profissional, exceto nos casos de aposentadoria, desemprego, falta de trabalho, convocação de serviço militar, casos em que não perderá os direitos sindicais, ficando o pagamento da contribuição social vinculado á última remuneração recebida.

Parágrafo Único - Os associados mencionados na exceção não poderão exercer cargos de administração sindical ou de representação, salvo os aposentados, conforme Artigo 8º, Inciso VII, da Constituição Federal.

Art. 07 – São deveres dos associados:

- a) a)Pagar pontualmente, suas contribuições legais, na forma estabelecida pela Assembléia Geral;
- b) eleger seus Delegados Sindicais;
- c) comparecer ás Assembléias Gerais e acatar suas resoluções;
- d) prestigiar a entidade por todos os meios e propagar o espírito associativo entre os integrantes da categoria profissional representada;
- e) desempenhar o cargo para o qual for eleito e no qual tenha sido investido;
- f) zelar pela fiel observância e aprimoramento dos princípios consagrados neste Estatuto;
- g) colaborar com esta entidade, fornecendo-lhe todas as informações, esclarecimentos e elementos necessários quando solicitados.

Art. 08 – Os associados estão sujeitos ás penalidades de suspensão e eliminação do quadro social.

1º - Serão suspensos os direitos do associado:

- a) que não comparecerem a três Assembléias Gerais consecutivas, sem causa justificada;
- b) que desacatar as decisões da Assembléia Geral, da Diretoria e / ou do Conselho Fiscal;

- c) que até o dia quinze do mês subsequente ao vencimento não estiver quite com os cofres do Sindicato e / ou com suas obrigações estatutárias, regimentais e regulamentares.
- # 2º - Será eliminado do quadro social:
 - a) aquele que por má conduta na atividade profissional, espírito de discórdia ou falta cometida contra o patrimônio moral ou material desta entidade, se constituir em elemento nocivo ao sindicato dos Auxiliares da Administração Escolar do Oeste de Santa Catarina;
 - b) que, sem motivo, se atrasar em mais de três meses no pagamento de suas contribuições.
- # 3º - As penalidades, serão impostas pela Diretoria, com recursos à Assembléia Geral;
- # 4º - A aplicação de penalidades, sob pena de nulidade, deverá preceder à audiência do associado, o qual aduzirá, por escrito, sua defesa, no prazo de dez dias, contados da data do recebimento de sua notificação
- # 5º - O associado, que tenha sido eliminado do quadro social, poderá reingressar no Sindicato, desde que se reabilite, a juízo da Assembléia Geral;
- # 6º - Para o exercício da atividade sindical, a cominação de penalidade não implicará incapacidade, a qual só poderá ser declarada pela Assembléia Geral.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 09 – A administração do Sindicato dos Auxiliares da Administração Escolar do Oeste de Santa Catarina, será exercida pelos seguintes órgãos:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Delegações representativas junto à FETEESC.

SEÇÃO I

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 10 – A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação coletiva do Sindicato dos Auxiliares da Administração Escolar do Oeste de Santa Catarina, será formada por todos os associados em pleno gozo dos seus direitos sindicais.

Art. 11 – A Assembléia Geral incumbirá entre outras coisas;

- a) eleger os membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e Delegados Representante junto á FETEESC;
- b) apreciar e votar a Previsão Orçamentária Anual, o Balanço do Exercício Financeiro, o Balanço Patrimonial Comparado, a Demonstração de Receitas e a Previsão Orçamentária Anual e suas suplementações mediante parecer do Conselho Fiscal;
- c) aplicar as penalidades de sua competência, previstas neste Estatuto;
- d) fixar e alterar os valores das contribuições dos associados e dos demais integrantes da categoria profissional representada, inclusive a contribuição prevista no Artigo 8º, da Constituição Federal;
- e) discutir e votar pauta de reivindicações, bem como autorizar a instauração de processo de dissídio coletivo;
- f) reformar este Estatuto, quando de fizer necessário, no todo ou em parte.

Art. 12 – A Assembléia Geral é soberana nas resoluções não contrárias á lei e a este Estatuto e suas deliberações serão tomadas por voto secreto, aclamação ou voto em aberto através dos associados presentes, em primeira convocação e por maioria de votos dos presentes, em dia com suas obrigações estatutárias, em segunda convocação.

Art 13 – Realizar-se-ão as Assembléias Gerais:

- a) por convocação do Presidente da Entidade;
- b) quando dois terços da Diretoria ou do Conselho Fiscal julgar conveniente, devendo especificar, posteriormente, á Presidência da entidade, os motivos da solicitação;
- c) quando um quinto dos associados, em pleno gozo dos seus direitos, julgar conveniente, justificando pormenorizadamente, á Presidência da entidade, os motivos da solicitação;

Art. 14 – A convocação da Assembléia Geral, quando feita na forma prevista nas alíneas “b” e “c” do Artigo anterior de promover sua realização dentro de vinte dias contados da data da entrada do requerimento na Secretaria.

1º - As Assembléias Gerais, convocadas na forma prevista no Artigo anterior e suas alíneas, somente poderão tratar dos assuntos para que forem convocados.

2º - Deverá comparecer á Assembléia a maioria absoluta dos que convocarem, sob pena de o pedido ser considerado extinto, não podendo ser renovado pelo mesmo motivo.

3º - Na falta de convocação pelo Presidente, a Assembléia será realizada, expirando o prazo previsto no “caput” deste Artigo, por aqueles

que deliberaram solicitá-la, observando o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste Artigo.

4º - Na necessidade de uma convocação extraordinária, esta deverá ser realizada dentro do prazo mínimo de 24 (vinte quatro) horas.

SEÇÃO II

DA DIRETORIA

Art.15 – A entidade será dirigida pela Diretoria, composta de Presidente, Vice – Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro; Conselho Fiscal: 03 Membros Efetivos e 03 Membros Suplentes; Delegados Representantes: 02 Membros Efetivos e 02 Membros Suplentes.

Art.16 – A diretoria competirá:

- a) dirigir a entidade de acordo com o presente estatuto, administrar o patrimônio social da mesma e promover o bem estar geral dos associados e da categoria representada;
- b) elaborar o Regimento e os regulamentos dos serviços necessários, subordinados a este Estatuto;
- c) cumprir e fazer cumprir as leis em vigor, o Estatuto, o Regimento, Regulamento e as Resoluções da Assembléia Geral;
- d) organizar, cada ano, até o último dia dos mês de novembro a Proposta Orçamentária para o exercício seguinte e submetê-lo á apreciação da Assembléia Geral, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal;
- e) aplicar as penalidades prevista neste Estatuto;
- f) reunir-se ordinariamente, dentro de um calendário elaborado ao início de cada ano, e extraordinariamente, quando necessário.

Parágrafo Único – As decisões serão tomadas por maioria simples, com a presença mínima de mais da metade dos Diretores, em reunião convocada pelo Presidente em exercício.

Art. 17 – Ao Presidente competirá:

- a) representar a entidade perante a administração pública em juízo e fora dele, podendo delegar poderes;
- b) convocar as reuniões da Diretoria, do Conselho Fiscal e da Assembléia Geral, presidindo-as;
- c) assinar as atas das sessões, o Relatório da Diretoria, e expedientes com o Secretário e o Balanço do Exercício Financeiro, o Balanço Patrimonial comparado, a Previsão e Suplementações Orçamentárias, cheques e demais documentos contábeis e os livros legalmente exigíveis em uso na entidade;

- d) nomear os funcionários e fixar seus vencimentos consoantes às necessidades de serviços;
- e) nomear e dar posse aos delegados regionais e aos membros das comissões que vierem a ser criadas, após eleição ou designação pela Assembléia Geral;
- f) convocar os suplentes dos diversos órgãos da administração da entidade, nos casos e na forma prevista por este Estatuto;
- g) determinar estudos e providências visando, além do aprimoramento dos serviços, adoção de providências de interesse da entidade e da categoria profissional representada, ouvida a Diretoria.

Art. 18 – Ao Secretário competirá:

- a) preparar a correspondência e o expediente da entidade, assinando-as com o Presidente;
- b) redigir e ler as atas das reuniões da Diretoria e das Assembléias Gerais;
- c) redigir e fiscalizar os trabalhos da Secretaria;

Art. 19 – Ao Tesoureiro competirá:

- a) Ter sob sua guarda e responsabilidade os valores da entidade, além dos livros e documentos da Tesouraria;
- b) Apresentar ao Conselho Fiscal os balancetes mensais, o balanço do Exercício Financeiro, Balanço Patrimonial comparado e a previsão Orçamentária em tempo hábil;
- c) Dirigir e fiscalizar os trabalhos da Tesouraria;
- d) Recolher o dinheiro da entidade aos estabelecimentos de crédito autorizados,
- e) Conservar, na Tesouraria, os fundos necessários ao custeio administrativo ordinário da entidade;
- f) Assinar com o Presidente, o Balanço do Exercício Financeiro, o Balanço Patrimonial Comparado a Previsão e as Suplementações Ordinárias, como cheques e demais documentos contábeis e de alienação patrimonial.

SEÇÃO III

DO CONSELHO FISCAL

Art. 20 – A entidade terá seu Conselho Fiscal, composto de três membros, com igual número de suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, juntamente com a Diretoria do Sindicato dos Auxiliares da Administração Escolar do Oeste de Santa Catarina e dos Delegados Representantes do mesmo.

Art. 21 – Ao Conselho Fiscal competirá:

- a) fiscalizar a gestão econômico – financeira do Sindicato dos Auxiliares da Administração Escolar do Oeste de Santa Catarina;
- b) dar parecer sobre a proposta de Orçamento Anual, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial Comparado, Demonstrativo da Aplicação da Receita, bem como sobre as demais peças contábeis, lançando o seu visto nos mesmos;
- c) examinar os balancetes mensais e apor seu “visto”, lavrando termo ou ata de exame de documentos e peças contábeis em livro próprio.

SEÇÃO IV

DOS DELEGADOS REPRESENTANTES

Art. 22 – As delegações de representantes junto ao órgão de grau superior serão constituídas de 2 (dois) titulares e 2 (dois) Suplentes, eleitos juntamente com a Diretoria e Conselho Fiscal e com igual tempo de mandato.

Art. 23 – Cabe aos delegados representantes efetivos:

- a) representar o Sindicato dos Auxiliares da Administração Escolar do Oeste de Santa Catarina junto a Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado de Santa Catarina;
- b) participar dos conselhos de representantes promovidos pela FETEESC;
- c) defender os interesses do Sindicato, consoante deliberação da Assembléia Geral;

SEÇÃO V

DOS DELEGADOS SINDICAIS

Art. 24 – Os delegados sindicais da entidade serão eleitos pela Assembléia Geral da Região onde trabalhem, e homologados pela Assembléia Geral da categoria

Art. 25 – Aos delegados sindicais compete:

- a) representar a entidade de acordo com as diretrizes da Assembléia Geral por este Estatuto;

- b) representar o Sindicato perante a classe, órgão patronal e as autoridades constituídas, por delegação da Presidência;
- c) os delegados sindicais eleitos e homologados terão estabilidade no emprego durante a vigência do mandato e até um ano após.

Art. 26 – O mandato dos delegados sindicais terá a mesma duração do mandato da Diretoria.

CAPÍTULO IV

DA PERDA DO MANDATO

Art. 27 – Os administradores do Sindicato, independentemente do cargo que ocupem perderão seu mandato nos casos de :

- a-) malversação ou dilapidação do patrimônio social;
- b-) grave violação deste Estatuto;
- c-) abandono das funções inerentes ao cargo por 30 (trinta) dias consecutivos e ou 3 (três) reuniões ordinárias sucessivas dos níveis funcionais da estrutura organizativa a que pertencem, da Diretoria, do Conselho da Executiva da Direção, da Executiva da Direção, do Conselho Fiscal e do Comitê Sindical a que pertence, sem justificativa previamente aprovada, ou quando for o caso, aprovada na primeira reunião após a ausência, sendo que em ambas situações deverá constar da ata da reunião do nível organizativo em questão;
- d-) aceitação de transferência das atividades profissionais para locais fora da base de representação de seu Sindicato de Base;
- e-) acordar com a empresa sua demissão ou alteração contratual que venha a interferir na sua relação de representação com os demais trabalhadores;
- f-) fruição de benefícios beneficiar-se em função do cargo de direção sindical para obter vantagens e ou benefícios econômicos oferecidos por qualquer empresa da base de representação do Sindicato;.
- g-) prática de atos que constituam, prejuízos ao patrimônio e a imagem do Sindicato;
- h-) acusar ou colocar sob suspeita de forma pública sem a comprovação do conteúdo das acusações qualquer membro do Sindicato;
- i-) práticas caracterizadas como má conduta e desrespeito às resoluções das Assembléias Gerais do Sindicato bem como, das deliberações dos Congressos;
- j-) Prática que venha a atingir moral e ou fisicamente qualquer um de seus membros, ou a qualquer trabalhador representado pelo Sindicato;

k-) prática de atos sem autorização de Assembléia Geral da categoria que ameace a continuidade do Sindicato em sua integralidade.

§ 1º - A demissão ou alteração contratual praticadas pelo empregador, não constituem situações suscetíveis a perda do mandato;

§ 2º - Ao membro da diretoria pertencente ao Conselho da Direção ligado a empresa que encerrar suas atividades na base de representação do Sindicato terá assegurado o direito de concluir o seu mandato.

Art. 28 - O processo de averiguação de circunstância resultantes em perda do mandato observará os princípios do contraditório, da publicidade e da instrumentalidade.

Parágrafo Único - Para atender o princípio da publicidade, o representante legal do Sindicato no caso, deverá providenciar a publicação da instauração do processo em 48 (quarenta e oito) horas a contar da entrada da denúncia, através do órgão de comunicação do Sindicato, ou jornal de grande circulação na região.

Art. 29 - Cabe a qualquer Dirigente ou associado que tiver conhecimento do fato, encaminhar simples petição ao Presidente ou a seu imediato, quando este for parte no processo, e assim sucessivamente, relatando as circunstâncias presumivelmente faltosas;

Parágrafo Único - Recebida a petição o responsável notificará o acusado, facultando-lhe o prazo de 8 (oito) dias para defesa escrita, sem a qual presumir-se -á confissão do acusado;

Art. 30 - A denúncia e a defesa serão levadas à reunião da Diretoria, convocada especialmente para este fim, a qual terá prazo improrrogável de 20 (vinte) dias para decidir.

§ 1º - A reunião da Diretoria realizar-se-á na forma do regimento interno do Sindicato.

§ 2º - O quorum para instalação da reunião é de 2/3 (dois terços) dos membros da Diretoria.

§ 3º - A decisão proferida no sentido da perda de mandato deverá ser aprovada pela metade mais um dos membros da Diretoria

Art. 31 - Será publicado um extrato resumido da ata da reunião da Diretoria que deliberar sobre a perda de mandato, no órgão oficial do Sindicato ou jornal de grande circulação na região, contendo a data de sua realização, o numero de diretores presentes, uma síntese dos fatos e a decisão.

Parágrafo Único - O Sindicato deverá remeter, em 48 (quarenta e oito) horas, cópia da ata acompanhada da lista de presenças da reunião, para a residência do acusado.

Art. 32- Acatados os termos da acusação, a decisão proferida implicará na imediata suspensão do exercício do cargos inicial.

Art. 33 - Da decisão que deliberar pela perda de mandato, caberá recurso, sem efeito suspensivo, para a Assembléia Geral, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de sua publicação no órgão oficial do Sindicato ou jornal de grande circulação na região.

§ 1º - A assembléia de que trata este artigo deverá ocorrer no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias e mínimo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da decisão da Diretoria.

§ 2º - A Assembléia Geral somente poderá ser instalada, em primeira convocação, mediante quorum mínimo de 2/3 (dois terços) dos associados e, em segunda convocação, com, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados.

Art. 34 - O procedimento da Assembléia Geral dar-se-á na forma do presente artigo:

I-) Os trabalhos da Assembléia serão iniciados com a leitura da ata da reunião da Diretoria que acolheu a denúncia contra o(s) diretor(es) acusado.

II-) Em seguida, será feita a leitura do(s) recurso(s)

III-) Após a leitura do(s) recurso(s), será dada a palavra, durante 15 (quinze) minutos, para a acusação e mesmo tempo para a defesa, podendo haver réplica e tréplica pelo mesmo tempo, caso a Assembléia não esteja esclarecida.

IV-) Após os debates, proceder-se-á à imediata votação do(s) recurso(s).

§ 1º - As decisões desta assembléia, para serem válidas, deverão ser aprovadas pela metade mais um dos presentes.

§ 2º - Caso o(s) recurso(s) seja(m) provido(s) pela assembléia, o administrador acusado retornará imediatamente às suas funções sindicais.

CAPÍTULO V

DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 35 – Havendo renúncia, destituição ou morte de qualquer membro da Diretoria, do Conselho Fiscal, da Delegação junto ao órgão superior ou dos delegados sindicais, serão convocados os respectivos substitutos legais previstos neste Estatuto e os suplentes, por menção na chapa eleita.

1º - As renúncias serão comunicadas por escrito ao Presidente da Entidade.

2º - Em se tratando de renúncia do Presidente da Entidade esta será notificada por escrito, ao seu substituto legal que, dentro de quarenta e oito horas, reunirá a Diretoria para ciência do ocorrido.

3º - A convocação dos substitutos legais e dos suplentes para qualquer um dos cargos efetivos da administração da entidade compete ao Presidente ao seu substituto legal.

4º - Não havendo suplente para ocupar o cargo efetivo vacante até o término do mandato, a indicação dos nomes caberá a Assembléia Geral, dentre seus membros.

Art. 36 – Ocorrendo renúncia coletiva da Diretoria e dos Conselho Fiscal e não havendo suplentes, o Presidente, ainda que resignatário, convocará a Assembléia Geral, a fim de que esta constitua uma Junta Governativa Provisória, a qual procederá as diligências necessárias para a realização de novas eleições, na conformidade do presente Estatuto e no prazo máximo de sessenta dias contados da data da renúncia.

Art. 37 – Em caso de abandono de cargo, proceder-se-á na forma dos Artigos anteriores, não podendo, entretanto, o membro que nele incorrer, ser eleito para qualquer mandato de administração ou representação profissional, nesta entidade, pelo prazo de cinco anos.

Parágrafo Único – Considera-se abandono de cargo a ausência não justificada a três reuniões consecutivas da Diretoria e do Conselho Fiscal, bem como a três da Assembléia Geral.

CAPÍTULO VI

DO PATRIMÔNIO DA ENTIDADE

Art. 38 – Constituem patrimônio da entidade:

- a) as contribuições sociais dos associados da base territorial;
- b) as contribuições dos integrantes da categoria fixadas pela Assembléias Geral;
- c) as contribuições previstas em lei pelos associados e não associados;
- d) as doações e os legados;
- e) os bens e valores adquiridos e as rendas pelos mesmos produzidas;
- f) aluguéis de imóveis e juros de títulos e depósitos;
- g) multas e outras rendas eventuais.

Art. 39 – Compete á Diretoria a administração do patrimônio da entidade, constituída pela totalidade dos bens que a mesma possuir.

Art. 40– As despesas da entidade correrão pelas rubricas previstas na lei e neste Estatuto.

Art. 41– Os títulos de renda, bem como os bens somente poderão ser alienados após prévia autorização da Assembléia Geral.

Art. 42 – Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos neste Estatuto e na lei.

Art. 43 – No caso de dissolução de entidade, os bens, após o pagamento das dívidas decorrentes de suas responsabilidades, serão destinados a Federação representante da categoria profissional, a juízo da Assembléia Geral.

Parágrafo Único – Restando bens depois de saldas as dívidas, estes terão seu destino resolvido a juízo da Assembléia Geral.

Art. 44– Os atos que importem em malversação ou dilapidação do patrimônio da entidade serão julgados e punidos na conformidade da legislação penal e civil pertinentes.

CAPÍTULO VII

DAS ELEIÇÕES

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 45 – O processo eleitoral do Sindicato dos Auxiliares da Administração Escolar do Oeste de Santa Catarina, para preenchimento de todos os seus cargos, efetivos e suplentes, obedecerá as normas constantes neste Estatuto.

Art. 46 – Mediante voto obrigatório, secreto e livre, incumbe á Assembléia Geral eleger a Diretoria, o Conselho Fiscal e os Delegados Representantes junto ao órgão superior, efetivos e suplentes.

Art. 47– Os mandatos dos eleitos, efetivos e suplentes, terão a duração de três anos, contando da data da posse.

SEÇÃO II

DA ÉPOCA DAS ELEIÇÕES

Art. 48 – As eleições para renovação da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes junto ao órgão superior, efetivos e suplentes, deverão ser realizados dentro do prazo máximo de noventa dias e mínimo de trinta dias que anteceder ao término do mandato dos dirigentes em exercício.

SEÇÃO III

DA ELEGIBILIDADE

Art. 49 – São elegíveis todos os integrantes da categoria profissional representada que preencham as condições estabelecidas neste Estatuto e os seguintes itens:

- a) serem brasileiros;
- b) tiverem definitivamente aprovadas suas contas de exercício em cargos de administração;
- c) estiverem desde dois anos antes, pelo menos, no exercício da atividade profissional ou no desempenho de representação profissional;
- d) não houverem lesado o patrimônio de qualquer entidade sindical;
- e) não tiverem sido condenados por crime doloso, enquanto persistirem os efeitos de pena;
- f) forem associados, no mínimo há seis meses antes da data das eleições;
- g) não tenham má conduta, devidamente comprovada;
- h) não tenham sido destituídos de cargos administrativo de representação sindical;
- i) não tenham, há menos de cinco anos, incorrido em abandono de cargo da entidade.

Art. 50– São condições para o exercício de direito de voto:

- a) ser associado há, no mínimo, seis meses antes das eleições;
- b) estar quites com as suas contribuições até trinta dias antes das eleições.

SEÇÃO IV

DO VOTO

Art. 51 – O sigilo do voto será assegurado mediante as seguintes providências:

- a) uso da cédula única, contendo todas as chapas registradas;
- b) isolamento do eleitor na cabine indevassável, para o ato de votar;
- c) emprego de urna que assegure a inviolabilidade do voto;

Art. 52 – A cédula única, contendo todas as chapas registradas, deverá ser confeccionada em papel branco, opaco absorvente, com tinta preta e tipos uniformes.

Parágrafo Único – A cédula deverá ser confeccionada de maneira tal que, dobrada, resguarde o sigilo do voto, sem que seja necessário o emprego de cola para fechá-la.

Art. 53 – As chapas registradas deverão ser numeradas seguidamente, a partir do número um (1), obedecendo á ordem do registro.

Parágrafo Único – As chapas conterão os nomes dos candidatos efetivos e suplentes.

SEÇÃO V

DA CONVOCAÇÃO DAS ELEIÇÕES

Art. 54 – As eleições serão convocadas pelo Presidente da Entidade, com antecedência máxima de noventa dias e mínima de sessenta

dias antes da realização do pleito, por edital por onde de mencionará obrigatoriamente:

- I – data, hora e local de convocação;
- II – prazo para registro de chapas e horário de funcionamento da secretaria;
- III – datas, horário das Segunda e terceira votação, caso haja empate entre as chapas mais votadas.

Art. 55 – No mesmo prazo mencionado no Artigo anterior deverá ser publicado aviso resumido do edital pelo menos uma vez, em jornal de grande circulação na base territorial da entidade ou no Diário Oficial.

Parágrafo Único – O aviso resumido do edital deverá Ter em seu teor:

- a) nome da entidade;
- b) comunicação da realização das eleições;
- c) prazo para registro de chapas;
- d) horário de funcionamento da secretaria;
- e) datas, horários de votação.

SEÇÃO VI

REGISTRO DE CHAPAS

Art. 56 – O prazo para registro de chapa será de quinze dias, contados da data da publicação do aviso resumido do edital;

1º - O registro das chapas far-se-á exclusivamente na secretaria da entidade, a qual fornecerá recibo de documentação apresentada, constante dos seguintes documentos:

- I – requerimento;

II – comprovante de estarem os candidatos em dia com suas obrigações estatutárias;

III – declaração de anuência de todos os candidatos, individualmente.

2º - Para os efeitos do dispositivo neste Artigo, a secretaria manterá, durante o período para registro de chapas, expediente normal de no mínimo seis horas, devendo permanecer, na sede da entidade, pessoa habilitada para atender aos interessados, prestar informações concernentes ao processo eleitoral, receber documentação e fornecer o componente recibo.

Art. 57 – Encerrado o prazo sem que tenha havido registro de chapa, o Presidente da entidade providenciará, dentro de quarenta e oito horas, a convocação de nova eleição.

Art. 58 – A entidade fornecerá aos candidatos, individualmente, comprovante de registro de candidaturas, no prazo de vinte e quatro horas e comunicará, por escrito, à empresa, no mesmo prazo, o dia e a hora do pedido de registro da candidatura do seu empregado.

Art. 59 – Será recusado o registro da chapa que contenha todos os candidatos, efetivos e suplentes, distintamente os órgãos de administração, Conselho Fiscal e Delegados Representante.

Parágrafo Único – Verificando-se irregularidade na documentação apresentada, o Presidente notificará o interessado para que promova a correção, no prazo improrrogável de vinte e quatro horas, sob pena de recusa do seu registro.

Art. 60 – Encerrado o prazo para registro de chapa, o Presidente da entidade promoverá a imediata lavratura da ata correspondente, consignado em ordem numérica de inscrição, todas as chapas e os nomes dos candidatos, efetivos e suplentes.

1º - No prazo de setenta e duas horas o Presidente fará a divulgação da relação nominal das chapas registradas, através de jornal de grande circulação na base territorial da entidade ou no Diário Oficial e declara aberto o prazo de três dias para impugnação de candidatura.

2º - Ocorrendo renúncia, formal de candidatos, após o registro de chapa, o Presidente da entidade afixará cópia desse pedido de aviso, para conhecimento dos associados.

3º - A chapa, já inscrita, de que fizerem parte os renunciantes, poderá concorrer, desde que os demais candidatos, entre efetivos e suplentes, bastem ao preenchimento de todos os cargos efetivos.

SEÇÃO VIII

DA IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATURAS

Art. 61 – O prazo para impugnação é de três dias, contados da publicação da relação nominal das chapas registradas.

1º - A impugnação que somente poderá versar sobre as causas da inelegibilidade previstas neste Estatuto, será através de requerimento fundamentado, dirigido ao Presidente da entidade, contra recibo na secretaria.

2º - Apenas poderão impugnar candidaturas os associados em condições de votar.

3º - No encerramento do prazo de impugnação, lavrar-se-á o componente “termo de encerramento”, em que serão consignadas as impugnações propostas, destacando-se, nominalmente, os impugnantes e os candidatos impugnados.

4º - Cientificando oficialmente, em vinte e quatro horas, pelo Presidente da entidade, o candidato impugnado terá prazo de três dias para apresentar suas contra razões.

5º - Instituído o processo, o Presidente da entidade fará seu encaminhamento, no prazo máximo de cinco dias, à Assembléia Geral, em regime de urgência, com dispensa do edital competente para decidir, bastando, para tanto a fixação de aviso convocatório na sede da entidade.

6º - Julgada a impugnação, o Presidente da entidade providenciará a fixação do resultado em quadro de aviso, para conhecimento de todos os interessados.

7º - Idêntico procedimento será adotado com a impugnação, caso seja julgada improcedente, podendo o candidato concorrer a eleição.

8º - A chapa de que fizerem parte os candidatos impugnados poderá recorrer às eleições desde que os demais candidatos, entre efetivos e suplentes, bastem para o preenchimento dos cargos efetivos.

SEÇÃO VIII

DA SESSÃO ELEITORAL DE VOTAÇÃO

Art. 62 – As mesas itinerantes coletoras de votos funcionarão sob a exclusiva responsabilidade do Presidente, dos mesários e dos suplentes, indicados pelo Presidente da entidade, em comum acordo com os representantes das chapas concorrentes, sendo designados até dez dias antes da eleição.

1º - Em não havendo acordo, caberá ao Presidente da entidade indicar os nomes dos integrantes da mesa coletora, os quais serão pessoas, vedada a designação nos seguintes casos:

- a) candidatos, seus cônjuges e parentes, ainda que por afinidade, até o segundo grau, inclusive;
- b) membros da Diretoria da entidade.

2º - Os trabalhos das mesas coletoras poderão ser acompanhados por fiscais designados pelos candidatos cabeça de chapa, escolhidos dentre os eleitores, na proporção de um fiscal por chapa registrada.

Art. 63 – Os mesários substituirão os Presidentes das mesas coletoras sempre que solicitados por este, de modo que haja sempre quem responda pessoalmente pela ordem e regularidade do processo eleitoral.

1º - Todos os membros das mesas coletoras itinerantes deverão estar presentes ao ato de abertura e de encerramento de votação, salvo motivo justificado.

2º - Não comparecendo os Presidentes das mesas coletoras itinerantes até quinze minutos antes da hora determinada para início da votação, assumirá a presidência o primeiro mesário e na falta ou impedimento deste, o segundo mesário ou o suplente.

3º - Poderá o mesário ou membro da mesa que assumir a presidência designar

“ ad hoc”, dentre as pessoas presentes, e observados os impedimentos previstos neste Estatuto, os membros que forem necessários para completar a mesa.

Parágrafo Único – Nenhuma pessoa estranha á direção das mesas coletoras itinerantes, poderá intervir no seu funcionamento, durante os trabalhos de votação.

Art. 64 – Os trabalhos de votação terão duração de oito horas contínuas, observadas sempre a hora de início e de encerramento previstas no edital de convocação.

Parágrafo Único – Os trabalhos de votação poderão ser encerrados antecipadamente, se já tiverem votado todos os eleitores constantes da folha de votação.

Art. 65 – Iniciada a votação, cada associado, pela ordem de apresentação á mesa, depois de identificado, assinará a folha de votantes, receberá a cédula única rubricada pelo Presidente e pelos mesários e na cabine indevassável, após assinalar, no retângulo próprio a chapa de sua preferência dobrá-la, depositando-a, em seguida, na urna coletora na mesa coletora.

Parágrafo Único – Antes de depositar a cédula na urna, o eleitor deverá exhibir a parte rubricada á mesa e aos fiscais, para que verifiquem, sem a tocar, se é a mesma que lhe foi entregue, caso contrário, não será aceita.

Art. 66 – Os eleitores cujos votos forem impugnados e os associados cujos nomes não constarem na lista de votantes e comprovem estar em condições de votar, assinarão em lista própria, votando em separado.

Parágrafo Único – O voto em separado será tomado da seguinte forma:

- a) cada Presidente da mesa coletora entregará ao eleitor sobrecarta apropriada, para que ele, na presença da mesa, colocando a sobrecarta;
- b) cada Presidente de mesa coletora anotar, no verso da sobrecarta, as razões da medida, para posterior decisão da mesa apuradora.

Art. 67 – A hora determinada no edital para o encerramento da votação, havendo no recibo eleitores a votar, serão convocados a fazerem entrega ao Presidente da respectiva mesa coletora de sua

identificação, prosseguindo os trabalhos até que vote o último eleitor e, caso não haja mais eleitores a votar, serão imediatamente encerrados os trabalhos.

#1º - Encerrados os trabalhos de votação, a urna será lacrada com a aposição de tiras de papel gomado rubricadas pelos membros da mesa coletora e pelos fiscais.

#2º - Em seguida, cada Presidente de mesa coletora deve lavrar ata que será também assinada pelos mesários e pelos Fiscais, se estes assim o desejarem registrando a data e a hora do início e do encerramento dos trabalhos, total dos votantes e dos associados em condições de votar, o número de votos em separado, se os houver, bem como, resumidamente, os protestos apresentados.

3º - Somente poderão apresentar protestos os associados e os fiscais presentes no recinto de votação, sendo os mesmos elaborados por escrito, pormenorizando e justificando os motivos determinantes.

4º - A seguir, cada Presidente de mesa coletora fará entrega ao Presidente da mesa apuradora e, diante de recibo, de todo o material utilizado durante a votação.

Art. 68 – São documentos válidos para identificação do associado:

- a) carteira de associado;
- b) carteira de trabalho e previdência social;
- c) carteira de identidade;
- d) título de eleitor;
- e) certificado de reservista.

SEÇÃO IX

DO VOTO POR CORRESPONDÊNCIA

Art. 69 – O voto por correspondência será facultativo aos sócios residente nos municípios fora do município sede e também aqueles que comprovarem previamente a ausência do município sede do sindicato, na data da eleição e desde que a ausência se dê por razões profissionais.

Art. 70 – A secretaria do sindicato remeterá no prazo de até vinte dias antes das eleições, aos eleitores do interior e aos que comunicarem seu afastamento da sede, circular informativa do pleito,

acompanhada de duas sobrecartas de tamanhos diferentes, da cédula da votação e de uma ficha de identidade do eleitor.

Art. 71 – O eleitor, de posse do material a que se refere o Artigo anterior, procederá da seguinte forma:

- a) preencherá, em letra legível, a ficha de identificação;
- b) assinalará, no retângulo correspondente da cédula, a chapa de sua escolha, dobrando-a e colocando-a na sobrecarta menor;
- c) colocará a ficha de identificação e sobrecarta menor dentro da sobrecarta maior, colocando-a e a remetendo mediante registro postal, ao Presidente da mesa coletora de votos por correspondência, com a declaração “Fim Eleitoral Sindical”, em destaque.

Art. 72 – Os votos por correspondência, embora enviados em tempo hábil, só serão computados e escrutinados ao chegarem às mãos do Presidente da mesa coletora de votos por correspondência até o encerramento dos trabalhos desta.

Parágrafo Único – As sobrecartas recebidas após o encerramento do trabalho da mesa coletora de votos por correspondência serão inutilizados pelo Presidente da mesa apuradora.

Art. 73 – Funcionará, na sede do Sindicato, uma mesa coletora de votos por correspondência, constituída de forma idêntica á das demais coletoras, ficando sob sua guarda a urna destinada a receber as sobrecartas com a declaração “Fim Eleitoral Sindical”.

1º - A mesa coletora a que se refere o “caput” deste Artigo será instalada 5 (cinco) dias após a remessa do material referido no Artigo e funcionará no horário de expediente do Sindicato.

2º - Encerrados os trabalhos de votação por correspondência a urna será lacrada com aposição de tiras de papel gomado, rubricados pelos integrantes da mesa e pelos fiscais a seguir, será lavrado ata final, pelos mesmos assinada, onde será feito referência ás atas anteriores e o número total de sobrecartas recebidas.

3º - Após a lavratura da ata será procedida a entrega, mediante recibo, do material utilizado durante a votação, ao Presidente da mesa apudadora.

SEÇÃO X

DA SESSÃO DE APURAÇÃO DE VOTOS

Art. 74 – A sessão eleitoral de apuração será instalada na sede da entidade, imediatamente após o encerramento da votação, sob a presidência de pessoa de notória idoneidade, indicada pelo Presidente da entidade, em comum acordo com os representantes das chapas concorrentes, designada até dez dias antes das eleições.

Parágrafo Único – Em não havendo acordo, caberá ao Presidente da entidade, indicar o presidente da mesa apuradora, vedada a designação nos seguintes casos:

- a) candidatos e seus cônjuges e parentes, ainda que por afinidade, até o segundo grau, inclusive;
- b) membros da administração da entidade.

Art. 75 – A mesa apuradora será composta de um secretário e dois mesários, de livre escolha do presidente da mesma, observados os impedimentos previstos nos incisos “A” e “B” do parágrafo único do Artigo anterior.

Parágrafo Único – Será facultada, às chapas concorrentes, a indicação de um fiscal por chapa, para acompanhamento dos trabalhos da mesa apuradora, não podendo, entretanto, intervir nos trabalhos de apuração dos votos.

Art. 76 – Composta a mesa apuradora, seu presidente receberá, do presidente da mesa coletora, as atas de instalação e recebimento das mesas coletoras de votos, as listas de votantes e as urnas, devidamente lacradas e rubricadas, pelos mesários e fiscais.

Parágrafo Único – O presidente da mesa apuradora verificará a lista de votantes, procedendo a abertura da urna, para contagem das cédulas de votação, ao mesmo tempo, decidirá, um a um, pela apuração ou não, dos votos tomados “em separado”, a vista das razões que os determinarem, conforme se consignou nas sobrecartas.

Art. 77 – Na contagem das cédulas de cada urna, o presidente verificará se o seu número coincide com o da lista de votantes.

1º - Se o número de cédulas for igual ou inferior ao número de votantes que assinaram a respectiva lista, far-se-á a apuração.

2º - Se o total de cédulas for superior ao da respectiva lista de votantes, proceder-se-á a apuração, descontando-se dos votos atribuídos à chapa mais votada, o número de votos equivalente às cédulas em excesso, desde que este número seja inferior à diferença entre as duas chapas mais votadas.

3º - Se o excesso de cédulas for igual ou superior à diferença entre as duas chapas mais votadas, a urna será anulada.

Art. 78 – Fim da apuração, o presidente da mesa apuradora proclamará eleita a chapa que obtiver a maioria de votos em relação ao total de votos apurados e fará lavrar ata dos trabalhos de apuração.

1º - A ata mencionará, obrigatoriamente:

- a) dia e hora da abertura e o encerramento dos trabalhos eleitorais;
- b) local em que funcionaram as mesas coletoras, com os nomes dos respectivos componentes;
- c) resultado apurado, especificando-se o número de votantes, sobrecartas, cédulas apuradas, votos atribuídos a cada chapa registrada, votos em branco e votos nulos;
- d) número total dos eleitores que votaram;
- e) resultado geral da apuração;
- f) proclamação dos eleitos, nominando-os por ordem de menção de chapa.

2º - A ata geral da apuração será assinada pelo presidente e pelos demais membros da mesa apuradora e pelos fiscais se assim o desejarem.

Art. 79– Se o número de votos da urna anulada for superior à diferença entre as duas chapas mais votadas, não haverá proclamação de eleitos pela mesa apuradora, cabendo, ao Presidente da entidade, convocar eleições suplementares no prazo máximo de quinze dias, limitadas aos eleitores constantes da lista de votação da urna anulada.

Art. 80– Em caso de empate entre as chapas mais votadas realizar-se-ão novas eleições no prazo de quinze dias, limitada a nova eleição às chapas empatadas e aos eleitores inscritos no escrutino secreto que determinou empatado.

Art. 81 – A fim de assegurar eventual recontagem de voto, as cédulas apuradas ficarão sob a guarda do presidente da mesa apuradora, até a proclamação do resultado final da eleição.

SEÇÃO XI

DO QUORUM

Art. 82 – A eleição do Sindicato dos Auxiliares da Administração Escolar do Oeste de Santa Catarina, só será válida se participar a maioria absoluta dos associados com a capacidade para votar.

Parágrafo Único – Não sendo obtido esse “quorum”, o presidente da mesa apuradora encerrará a eleição, irá inutilizar as cédulas e sobrecartas, sem as abrir, notificando, em seguida, o Presidente da entidade, para que este promova nova eleição, nos termos do edital.

Art. 83 – A nova eleição será válida se nela tomarem parte mais de quarenta por cento dos associados, com capacidade para votar.

Parágrafo Único – Não sendo, ainda desta vez, atingido o “quorum” o presidente da mesa apuradora notificará, novamente, o Presidente da entidade, para que este promova a terceira e última eleição.

Art. 84 – A terceira eleição será realizada com qualquer número de associados, observadas, para a sua realização, as mesmas formalidades anteriores.

Art. 85 – Somente poderão participar da eleição, em Segunda e terceira convocação, os eleitores que se encontravam em condições de exercer o voto na primeira convocação.

Art. 86 – Será anulada a eleição quando, mediante recurso formalizado nos termos deste Estatuto, ficar provado:

- a) que foi recolhida em dia, hora e local, diversos dos designados no edital de convocação, ou encerradas as coletoras de votos antes da hora determinada, sem que

- tenham votado todos os eleitores constantes da folha de votação;
- b) que foi realizada ou apurada, perante mesa coletora e mesa apuradora, não constituídas, de acordo com o estabelecido neste Estatuto;
 - c) que foi descumprido quaisquer dos prazos essenciais estabelecidos neste Estatuto;
 - d) a ocorrência de vício ou fraude que comprometa sua legitimidade, importando em prejuízo a qualquer candidato ou chapa concorrente.

Art. 87 – A anulação do voto não implicará na anulação da urna em que a ocorrência se verificar também de igual forma, a apuração da urna não importará na anulação da eleição, salvo se o número de votos nela existentes for igual ou superior ao da diferença final entre as duas chapas mais votadas.

Art. 88 – Não poderá a nulidade ser invocada por quem lhe tenha dado causa e nem aproveitará ao seu responsável.

Art. 89 – Anuladas as eleições, outras serão convocadas, no prazo de trinta dias, contados da data de decisão anulatória.

Art. 90 – Compete á Assembléia Geral decidir sobre todas as controvérsias relativas ao processo eleitoral, inclusive na sua anulação.

SEÇÃO XII

DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 91 – Ao Presidente da entidade incumbe zelar para que se mantenha organizado o processo eleitoral, em duas vias, constituída a primeira, dos documentos originais.

Parágrafo Único – São peças essenciais do processo eleitoral:

- a) edital e folha de jornal que publicou o aviso resumido, do edital de convocação da eleição;
- b) cópias dos requerimentos de registro de chapas e os competentes recibos;
- c) fichas de qualificação individual dos candidatos e demais documentos de identificação;
- d) exemplar do jornal que publicou a relação das chapas registradas;

- e) cópias dos expedientes relativos á composição das mesas coletoras e apuradoras;
- f) relação dos sócios em condições de votar;
- g) listas de votação;
- h) atas das sessões eleitorais de votação e apuração dos votos;
- i) exemplar da cédula única de votação;
- j) cópias de impugnação, dos recursos e das respectivas contra razões;
- k) comunicação oficial das decisões exaradas pela Assembléia Geral;
- l) ata da reunião de Diretoria que elegeu o Presidente e distribuiu os demais cargos de direção;
- m) termo de posse.

SEÇÃO XIII

DOS RECURSOS

Art. 92 – O prazo para interposição de recursos será de cinco dias, contados da realização do pleito.

1º - Os recursos serão propostos pelos associados em condições de votar.

2º - Os recursos e os documentos de prova que lhe forem anexados serão apresentados em duas vias, contra recibo, na secretaria da entidade e juntados os originais á primeira via do processo eleitoral.

3º - A Segunda via do recurso e dos documentos que os acompanham serão entregues, também contra recibo, pelo Presidente da entidade, ao recorrido, que terá cinco dias para oferecer suas contra – razões.

4º - Findo o prazo estipulado, recebidos ou não as contra – razões do recorrido, o Presidente da entidade, no prazo improrrogável de três dias, prestará as informações que lhe competirem e encaminhará o processo eleitoral acompanhado do recurso e seus apensos á Assembléia Geral, para análise e decisões, reunião especialmente convocada para este fim, em prazo não superior a oito dias.

5º - O recurso não suspenderá dos eleitos, salvo se promovido e comunicado oficialmente, á entidade, antes da posse.

6º - Se o recurso versar sobre a inelegibilidade de candidatos eleitos, o promovimento não implicará na posse dos demais, exceto se o

número destes, incluídos os suplentes, não for bastante para o preenchimento de todos os cargos efetivos.

Art. 93 – Não interposto recurso no prazo previsto neste Estatuto, o processo eleitoral será arquivado na secretaria da Entidade.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS E COMPLEMENTARES

Art. 94 – São vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção, neste Estatuto.

Art. 95– Nos prazos constante deste Estatuto não será computado o dia do começo e incluído o do vencimento, que será prorrogado para o primeiro dia útil, se o vencimento cair em Sábado, Domingo ou feriado.

Art. 96 – As atribuições e providências relativas ao processo eleitoral da competência do Presidente da entidade, passarão na sua ausência, automaticamente, á responsabilidade do seu substituto legal ou do Presidente da Junta Governativa.

Art. 97 – A entidade, quando julgar oportuno, instituirá delegacia ou secções, através de eleição e homologação pela Assembléia Geral, para melhor proteção dos seus representantes.

Art. 98 – As despesas de viagem e estada dos Diretores, Conselheiros Fiscais, Membros da Delegação junto ao órgão superior, Delegados Sindicais e Funcionários, quando a serviço da entidade, correrão por conta desta, na forma estabelecida pela Assembléia Geral.

Art. 99 – A Assembléia Geral, através de comissões, caberá organizar a bandeira e a cor da entidade, bem como alterá-los, quando julgar necessário.

Art. 100 – Os direitos conferidos por este Estatuto aos associados, são intransferíveis.

Art. 101 - O associado que se desfiliar terá declarado extinto seus direitos.

Art. 102 – Aplicam-se, aos empregados desta entidade, os preceitos das leis de proteção ao trabalho e de previdência social.

Art. 103 – Os reajustamentos dos salários dos empregados desta entidade terão a mesma forma, bases, vigências e condições estabelecidas para os integrantes da categoria representada, em convocações, acordos ou sentenças normativas.

Parágrafo Único – O reajustamento previsto no “caput” deste Artigo terá aplicação automaticamente e obedecerá ao mesmo percentual obtido para a categoria profissional representada.

Art. 104 – A execução dos serviços de assistência jurídica, na forma e alcance de delimitação serão afixados no Regimento Interno, a ser elaborado pela Diretoria.

Art. 105 – Aplicar-se-á, subsidiariamente, nos casos omissos neste Estatuto, legislação própria pertinente em vigor, ou que venha a ser criada.

Parágrafo Único – Poderá a Assembléia Geral, resolver os casos omissos, desde que a decisão não conflite com a legislação em vigor ou que venha a ser criada.

Art. 106 – Os Artigos deste Estatuto que conflitem com a legislação pertinente em vigor, ou que venha a ser criada, serão automaticamente, adaptados á mesma.

Art. 107 – Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos neste.

Art. 108 – O Sindicato dos Auxiliares da Administração Escolar do Oeste de Santa Catarina abrange a categoria, vinculada a todos os níveis de ensino das escolas particulares, e somente poderá ser dissolvido por determinação judicial, por força de lei superveniente ou pela decisão da Assembléia Geral, para este fim convocada, quando o mesmo não estiver mais cumprindo suas finalidades institucionais, sendo para tal exigida a presença de 2/3 de seus sócios em condições de votar, cujo patrimônio líquido será destinado á outra entidade congênere na forma da legislação pertinente em vigor.

Art. 109 – O presente Estatuto somente poderá ser alterado, no todo ou em parte, em Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim e com presença mínima de 2% dos sócios em condições de votar.

Art. 110 - A dissolução da entidade bem como a destinação de seu patrimônio, somente pode ser decidida em Assembléia Geral especialmente convocada para este fim, cuja instalação dependerá de 3/4 (três quartos) dos associados quites e desde que a proposta de dissolução seja aprovada por 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos associados quites presentes.

Parágrafo Único - A assembléia de que trata este artigo deverá escolher entre as entidades congêneres ou o patrimônio público como destinação de todos os bens do Sindicato.

Art. 111 - O Sindicato deverá manter escrituração de suas receitas e despesas e de seu patrimônio, em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar a sua exatidão.

Art. 112 – Formaram a 1ª Diretoria do Sindicato dos Auxiliares da Administração Escolar do Oeste de Santa Catarina:

- PRESIDENTE:	Lourdes Alves Machado
- VICE-PRESIDENTE:	Saete Capeletti Spies
- 1º SECRETÁRIO:	Carmem Maria Eibel
- 2º SECRETÁRIO:	Ana Maria B. Di Domênico
- 1º TESOUREIRO:	Maurício José Ody
- 2º TESOUREIRO:	Ana Cecília Dal Bosco

- CONSELHO FISCAL

- EFETIVOS:	Wilson Figueiró
	Elizabete Carlesso
	Rosemari Buch

- SUPLENTE:	Leurete Bonissoni
	Marli da Rosa
	Lorena Dal Magro

- DELEGADOS REPRESENTANTES

- EFETIVOS:	Lourdes Alves Machado
	Maurício José Ody

-SUPLENTE:

Carmem Maria Eisbel
Ana Cecília Dal Bosco

Art. 104 – O Sindicato dos Auxiliares da Administração Escolar do Oeste de Santa Catarina adotará a sigla “ SAAE / OESTE”.

Art. 105 – Este Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação em Assembléia Geral Extraordinária, de conformidade com o Artigo 8º e incisos da Constituição Federal promulgada pela Assembléia Nacional Constituinte em 05 de outubro de 1988.

Chapecó, 05 de janeiro de 2005

Michel Kniphoff da Cruz
PRESIDENTE

Catiane Zini Borela
Advogada
OAB/RS 59576